

Jen. José Sarney

ESTADO DE SÃO PAULO

QUARTA-FEIRA — 31 DE AGOSTO DE 1983

Sarney aceita diálogo com PMDB

**Das sucursais e
do serviço local**

Em seu pronunciamento de amanhã, da tribuna do Senado, o presidente do PDS, senador José Sarney, vai dizer que aceita a proposta de entendimento feita pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para preservação da abertura e identificação de soluções para a crise econômico-financeira. Para o governador Tancredo Neves, de Minas, se for esta a resposta de Sarney, terão início "as conversas de bastidores" entre PMDB e governo federal, buscando soluções para a crise.

Segundo senadores e deputados que têm conversado com Sarney, ele refutará as críticas ao governo, defendendo o presidente Figueiredo. Mas dará maior importância à disposição de Ulysses de estabelecer o diálogo, no âmbito do Congresso, entre os partidos, para a descoberta de terreno comum, destinado à defesa do interesse nacional. Só não concordará com a tese da moratória unilateral, defendida por Ulysses: "Se adotarmos tal atitude, os títulos brasileiros serão equiparados, no Exterior, às polonetas".

Antecipando outros pontos do pronunciamento, o vice-líder do governo, senador Carlos Chiarelli (RS), comentou: "O presidente do PDS deve dizer em seu discurso que a tecnocracia não tem capacidade para enfrentar a crise. Preservá-la, é perseverar no erro". A seu ver, o PDS não pode mais apenas homologar decisões e, sim, deve participar delas. "O partido — prosseguiu — deve fazer com que o governo não mais siga diretrizes ditadas por um grupo reduzido de tecnocratas que não reconhecem o processo da abertura."

Ontem mesmo o próprio Sarney fez declarações semelhantes a estas ao instalar comissão partidária de 11 senadores e deputados, incumbida de exami-

nar a política econômica do governo. "A comissão constitui fato importante da abertura política, porque até hoje o PDS não teve nenhuma participação nas decisões econômicas", ressaltou.

A reunião de instalação teve duas partes. Na primeira, aberta ao público, Sarney designou Luiz Viana Filho (BA) e Roberto Campos (MT) presidente e vice-presidente da comissão e o deputado Pratini de Moraes (RS) seu relator. Na segunda, vedada à imprensa, pediu sugestões para a resposta que dará amanhã ao discurso de Ulysses, feito da tribuna no dia 24. Entre as propostas que ouviu, uma delas, apresentada pelo senador Murilo Badaró, foi rejeitada.

Badaró sugeriu o fechamento de questão em torno de um projeto econômico-financeiro do partido. Luiz Viana observou: "Esta proposta é radical. No caso de o governo não obedecer a nosso programa, teríamos de passar para a oposição". O senador Roberto Campos ofereceu várias idéias, defendendo a prioridade para o combate à inflação. "Sem jugularmos a inflação e se ela continuar selvagem será inútil falar da criação de empregos, de desenvolvimento econômico e social", argumentou ele.

Pratini de Moraes lembrou que a maioria da população é pouco informada sobre o que sejam moratória, inflação, FMI e "Clube de Paris". Propôs a preparação de um programa para o PDS que "até importe em mudança de rotas, pois não se esgota no governo Figueiredo". O deputado Rondon Pacheco (MG) completou: "O governo não pode manter-se isolado. O PMDB já apresentou suas alternativas, o que estabeleceu o princípio da co-responsabilidade. O PDS deve também apresentar as suas".

Antes mesmo do discurso de Sarney, algumas dessas idéias já poderão

ser debatidas hoje, na reunião reservada que o ministro Delfim Netto manterá com a bancada federal do PDS sobre a situação econômica do País e o Decreto-Lei nº 2.045. O encontro começará às 8h30 e cada deputado terá três minutos para argüir Delfim, que dará a resposta no mesmo espaço de tempo. Amanhã, às 9 horas, o ministro fará reunião semelhante com os senadores pedetistas.

O Comitê de Imprensa da Câmara protestou pelo fato de o encontro ser fechado, considerando a iniciativa "insensata", na medida em que procura impedir tanto a imprensa quanto os políticos em geral de conhecerem as razões do governo para impor ao País o atual modelo econômico e o arrocho salarial. O movimento contou com o apoio dos líderes de todos os partidos de oposição e teve esta resposta do líder do governo, Nélson Marchezan: "Não estou fechando a reunião. Vocês vão ter acesso a tudo. Vou entregar as notas taquigráficas a vocês".

OPOSIÇÕES

Os mesmos temas que preocupam o PDS movimentaram também as oposições. Em novo almoço-reunião, os líderes do PMDB, PDT, PT e PTB reafirmaram a disposição das quatro bancadas de lutar pela rejeição do Decreto-Lei nº 2.045, que altera a legislação sobre salários. O PMDB, segundo Ulysses Guimarães, está programando reunir sua Comissão Executiva Nacional depois da "Semana da Pátria" para propor a convocação do diretório nacional e o fechamento de questão contra o decreto do governo.

Já o governador Tancredo Neves aconselhou, em Belo Horizonte, que o PMDB procure entendimento com o governo federal não só por intermédio de negociações com o PDS, mas "com a maior amplitude possível e em todas as frentes onde possa fazer valer a mensa-

gem do presidente Ulysses Guimarães, tão magnificamente acolhida pelo presidente Figueiredo". Tancredo dividiu as negociações em duas partes. Agora, o importante é procurar fórmulas comuns para escapar à crise. "O outro segmento — explicou — é o consenso ou conciliação para a sucessão do presidente da República, e é um problema muito mais complexo e muito mais difícil."

Enquanto o governador mineiro adotou posições defendidas pelos pedetistas, o deputado Hugo Mardini, do PDS gaúcho, levantou uma das bandeiras oposicionistas, propondo na Câmara uma emenda constitucional incluindo expressamente entre as atribuições do Congresso "autorizar empréstimos, operações ou acordos externos que importem para o Tesouro Nacional".

Mencionando os acordos firmados pelo governo com o FMI e com bancos estrangeiros, Mardini afirmou que não se pode compreender que "atos de tão significativa importância para o País sejam concertados com organismos internacionais sem que antes a Nação, por meio dos seus representantes no Congresso Nacional, sobre eles se pronuncie".

SEMINÁRIO

Em São Paulo, participando de um debate sobre a crise nacional, anteontem à noite, na Assembleia Legislativa, o senador Jorge Bornhausen (SC) ressaltou que "o PDS deseja a negociação entre as forças políticas da Nação". Mas frisou que o governo não aceitará mudanças em sua política econômica. Compareceram ainda ao debate os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PT, Luís Ignácio da Silva, que criticaram a política econômica oficial e defenderam mudanças, com a convocação de eleições diretas para presidente da República.